

Associação Internacional dos Trabalhadores

Um movimento de massas, para Bakunin

Para Bakunin, a AIT deveria permanecer um movimento de massa cuja principal atividade era a solidariedade e o apoio às lutas dos trabalhadores. Ciente do desenvolvimento cultural desigual do movimento operário internacional, ele acreditava que a AIT não deveria adotar um programa único que inevitavelmente não seria adequado a todos os lugares, mas que a liberdade de debate dentro da Internacional acabaria por produzir uma certa homogeneidade.

A Aliança Bakunin tinha naturalmente a função de ajudar a desenvolver secções da Internacional onde não existiam – como era o caso em Espanha – mas era também, de certa forma, uma “guardião”, ou seja, tinha que garantir que o controle político fosse impedido por uma organização externa. A citação de Corrêa em “a Política da Internacional” parece-me adequada:

“a Associação Internacional dos Trabalhadores, fiel ao seu princípio, nunca dará apoio a nenhuma agitação política que não tenha como objetivo imediato e direto a completa emancipação econômica do trabalhador, isto é, a abolição da burguesia como classe economicamente separada da massa da população, nem a nenhuma revolução que, desde o primeiro dia, desde a primeira hora, não inscreva em sua bandeira a liquidação social. [...] Dará à agitação operária em todos os países um caráter essencialmente econômico, estabelecendo como objetivo: a redução da jornada de trabalho e o aumento dos salários; como meio: a associação das massas trabalhadoras e a formação de fundos de resistência. [...] Ela finalmente se espalhará e se organizará fortemente através das fronteiras de todos os países, de modo que quando a revolução, provocada pela força das circunstâncias, tiver estourado, haverá uma força real, sabendo o que deve fazer e, portanto, capaz de agarrá-la e dar-lhe uma direção que seja verdadeiramente salutar para o povo; uma organização internacional séria de associações de trabalhadores de todos os países, capaz de substituir este mundo político de estados e da burguesia que está desaparecendo.”¹

¹ “a Associação Internacional dos Trabalhadores, fiel aos seus princípios, jamais apoiará uma agitação política que não tenha como objetivo e direção imediata a *completa emancipação econômica do trabalhador*; isto é, a abolição do roubo como

Bakunin mostra que se o objetivo da Internacional é de fato a supressão do sistema capitalista, isso não exclui a necessidade de ações de protesto diárias. Isso mostra que não há incompatibilidade entre um e outro; Pelo contrário, a organização do movimento operário internacional constitui uma preparação que lhe permitirá estar pronto quando chegar a hora. Cabe ressaltar que a revolução não é, no texto de Bakunin, um acontecimento desencadeado artificialmente, é um fato que ocorre “pela força das coisas”. Estamos, portanto, a cem léguas da perspectiva insurrecional. Estou surpreso que Corrêa não perceba isso.

É inegável que nas posições desenvolvidas por Bakunin encontramos a essência das ideias posteriormente defendidas pelo sindicalismo revolucionário. Foi com esse espírito que Gaston Leval nos treinou quando participamos de seu Centro de Sociologia Libertária. É claro que a ideia geral de Gaston continua correta e entendo por que ele pensava dessa maneira. Em particular, ele queria reagir contra os excessos sectários e antissindiciais do movimento anarquista da época.²

No entanto, afirmar que um homem, mesmo Bakunin, é o “fundador” de um movimento como o sindicalismo revolucionário não é concebível. Pode ter havido precursores, como Bakunin, e “teóricos”, como Georges Sorel – um teórico fora do próprio movimento, e que muito poucos ativistas de sua época conheciam. O fato é que o sindicalismo revolucionário é uma produção natural da classe trabalhadora francesa, cujo surgimento está ligado a um contexto histórico muito particular: influência do proudhonismo, esmagamento da Comuna, divisões sórdidas do movimento socialista, rejeição de tentativas de captura por radicais burgueses, etc. É esse contexto que explica a formação do sindicalismo revolucionário, não o pensamento de Bakunin, e muito menos o de Sorel.

Os ativistas da época não consideravam o sindicalismo revolucionário como uma teoria, mas como uma prática. Que Sorel estivesse interessado no sindicalismo revolucionário é, sem dúvida, uma coisa boa, mas não devemos conceber a relação de Sorel com o sindicalismo revolucionário da mesma forma

classe economicamente separada da massa da população, em qualquer revolução que desde o primeiro dia, desde a primeira hora, não entre em sua bandeira de *liquidação social*. [...] Provocará em todos os países uma agitação essencialmente *econômica*, combinando como objectivo a redução da jornada de trabalho e o aumento dos salários; como meios, a *associação de massas operantes* e o treinamento de *caixas de resistência*. [...] Ela se expandirá, finalmente, e se organizará fortemente através das fronteiras de todos os países, a fim de que, quando a revolução, movida pela força das coisas, a eclosão, tenha uma força real, sabendo o que deve fazer e, por isso mesmo, capaz de apoiá-la e dar-lhe uma direção que verdadeiramente salve o povo; uma organização internacional de associações operacionais de todos os países, capaz de substituir o mundo político dos Estados e do burguês que dele faz parte.” Mikhail Bakunin. *Política Internacional*. São Paulo: Imaginário/Faisca, 2008, pp. 67-69

² Veja: Gaston Leval, “a crise permanente do anarquismo”, http://monde-nouveau.net/IMG/pdf/Leval_Crise_permanente.pdf

que a relação de Marx com o comunismo ou a relação de Bakunin com o anarquismo. Sorel não teve absolutamente nenhuma influência no movimento real.

Ao explicar o abandono do uso do terrorismo pelo movimento anarquista e sua decisão de agir entre as massas, Alexandre Samis não parece contestar o fato de que o foco dessa virada estava na França: essa decisão, ele diz, produziu uma “comoção” (*um abalo*) no movimento anarquista e levou a um “realinhamento teórico” que tentou “dar conta das demandas sociais mais atuais”: “uma inflexão tática, com seu epicentro na velha França por volta de 1894-1895, muito provavelmente onde havia estruturas significativas e ativas da classe trabalhadora...”³ Significativamente, Samis então alude às Bourses du travail, “impulsionadas, entre outros, por Fernand Pelloutier”⁴.

Em outro lugar, Samis evoca a “matriz” francesa do sindicalismo revolucionário:

“como em ambos os países [Portugal e Brasil] a opção sindicalista foi expressamente adotada de sua matriz teórica francesa, concebida pelos esforços de Pelloutier, Pouget, Delesalle e Yvetot, todos libertários declarados, não é exagero atribuir aos anarquistas uma certa preeminência no que se refere ao uso de todos os métodos reunidos sob a bandeira do ‘sindicalismo revolucionário’.”⁵

Uma observação, no entanto: há uma tendência muito grande de pensar que, em determinado momento, os anarquistas decidiram abandonar o terrorismo para escolher “a entrada sistemática [...] em associações de classe”.⁶ Não creio que seja possível colocar dessa maneira. Entre os apoiadores do terrorismo — aqueles que o praticavam e aqueles que o apoiavam — poucos provavelmente conseguiram entrar no movimento sindical porque poucos deles tinham emprego remunerado. Além disso, esses anarquistas não representavam um número de pessoas grande o suficiente para que sua “entrada” nos sindicatos tivesse um impacto significativo. Os anarquistas que se aliaram ao terrorismo representavam uma pequena fração do movimento anarquista. Este último, em geral, há muito se recusa a condenar

³ “Assim que a convicção de que os métodos de ação anteriores produziram uma reversão de forças e um realinhamento tentaria atender às demandas sociais mais atuais. Um tique inflexível e, como o epicentro da velha França, por volta de 1894-1895, muito comprovadamente porque havia estruturas existentes operando com sons expressivos e dinâmicos, estava em curso.” (A. Samis, *Minha Pátria é o Mundo Inteiro: Neno Vasco, anarquismo e sindicalismo revolucionário nos dois mundos*, p. 115

⁴ A. Samis, *Minha Pátria é o Mundo Inteiro*, p. 116.

⁵ A. Samis, *op. cit.*, pág. 429-430.

⁶ ... a “entrada sistemática de anarquistas em associações de classe” (A. Samis, *op. cit.*, p. 116.

publicamente essa tática, que não equivale a aprovação. Fernand Pelloutier, por outro lado, ficou exasperado com os ataques anarquistas e os atacou furiosamente na imprensa da época. Referir-se à entrada de anarquistas no movimento sindical como um “realinhamento” do movimento libertário é ignorar o fato de que muitos anarquistas *já estavam* no movimento sindical, às vezes há muito tempo, praticamente desde o dia seguinte à Comuna de Paris. Émile Pouget fundou um sindicato na indústria têxtil em 1879. Fernand Pelloutier não se tornou *ex nihilo*, em 1892 secretário-adjunto e depois secretário da Federação das Bolsas de Trabalho. E para um Pouget, um Pelloutier, quantos anarquistas anônimos?

A leitura do livro de Samis dá a sensação de que no Brasil a escolha entre sindicato/sem sindicato, organização/sem organização foi tema de um debate dentro do movimento libertário em que nenhuma das opções realmente venceu – diferentemente do que aconteceu na França. Esse debate ocorreu por meio de dois jornais, *O Amigo do Povo*, que se manifestou a favor da organização, mas com vistas a “firmar a tese malatestiana do partido”⁷. Esta corrente “via no sindicato um excelente meio de unir os trabalhadores e de fazer a propaganda necessária com o objetivo de criar uma organização anarquista com uma sólida base operária”.⁸

A tendência anti-organizacional se agrupou em torno do jornal *La Battaglia* e do grupo La Propaganda. Essa corrente “estava cautelosa com a aproximação excessiva entre anarquistas e sindicalistas”. Eles acreditavam que “a formação de grupos estáveis com relacionamentos fortes e duradouros, muitas vezes alheios à natureza efêmera de certos objetivos, era um desvio da própria essência do anarquismo”⁹ — uma visão que não encontra base em Bakunin, mas que sem dúvida encontra no pensamento de Kropotkin.

Carlo Romani nos conta que homens como Oreste Ristori, de *La Battaglia*, não eram absolutamente opostos à organização:

“Na verdade, os comunistas libertários não se opunham à organização, mas a um tipo de organização que favorecesse a constituição de uma formação centralizada e governante. Os círculos libertários e as associações anarquistas de categorias não eram baseados em estatutos, representantes eleitos ou presidentes, eles eram

⁷ “com vistas ao estabelecimento do chapéu de festa malatestiano.” Alexandre Samis. *Minha Pátria é o Mundo Inteiro*, p. 161.

⁸ ... “Não me associei a um meio excelente para unir os trabalhadores e fazer a propaganda necessária, visando criar uma organização anarquista com uma base operacional sólida.” Samis, *ibid*.

⁹ “Na oposição, a tendência anti-organizacional suspeitava de uma proximidade excessiva entre anarquistas e sindicalistas. Pensávamos que a formação de grupos, com relações sólidas e permanentes, muitas vezes sem levar em conta objetivos específicos, era um desvio da essência do anarquismo.” Alexandre Samis. *Minha Pátria é o Mundo Inteiro*, p. 161.

auto-organizados. Não foi o que aconteceu na constituição de um sindicato ou de uma federação de trabalhadores, onde os representantes dos trabalhadores foram eleitos e a instituição foi formalizada. Recordemos o grupo ‘La Propaganda’ que apenas se propôs a organizar para uma ação específica. Basicamente, eles não estavam se proclamando contra a organização, mas contra a organização institucionalizada. O anarquismo socialista através da livre associação de indivíduos foi reafirmado por Ristori no panfleto *Polêmicas sobre a Anarquia*, publicado em 1907.”¹⁰

Romani nos mostra que a oposição dos anti-organizacionistas à organização “institucional” pode ir muito longe; Quando o primeiro congresso operário brasileiro foi realizado no Rio de Janeiro, em abril de 1906, o jornal de Sorelli tentou ridicularizar o que chamou de “congresso internacional de anfíbios”, do qual participavam “intrépidos condottiere do exército liliputiano”,¹¹ etc.

Romani se refere a Oreste Ristori como um apoiador de Malatesta.

Na minha opinião, há confusão na compreensão do conceito de “anti-organização”. Parece-me óbvio que quando somos a favor do princípio da organização, estamos na verdade a falar de uma organização *permanente*. Dizer que “os comunistas libertários não se opunham à organização”, explicando que eles permitiam que organizações ad hoc atendessem a necessidades circunstanciais, não os classifica, aos meus olhos, como apoiadores da organização. Da mesma forma, opor-se à existência de organizações permanentes sob o pretexto de que elas favorecem a “constituição de uma formação centralizada e governante” também não me parece satisfatório: na verdade, ignora que existem maneiras relativamente simples de limitar a burocratização de uma organização: reduzir o número de membros permanentes, controlar os mandatos, impor uma rotação de mandatos, etc. Mas acima de tudo, no caso de uma revolução bem-sucedida inspirada em princípios “anti-organizacionais” (isso é apenas uma hipótese), eu ficaria extremamente preocupado com a sustentabilidade de um certo número de coisas essenciais à vida cotidiana, como a produção e distribuição de eletricidade, água, gás, etc.

As posições de homens como Orestes Ristori estão em total contradição com os princípios elaborados por Proudhon ou Bakunin, mas curiosamente se

¹⁰ Carlo Romani, *Oreste Ristori, vida aventureira de um anarquista entre a Toscana e a América do Sul*, Biblioteca Franco Srantini, pp. 164-165.

¹¹ *Ibidem*, pág. 164. Foi durante esse congresso que uma resolução do 1º Congresso Operário Brasileiro de 1906 (citada por Toledo) evoca a existência da luta de classes, que os trabalhadores não criaram, “mas que foram obrigados a aceitar”. Isso é muito bem visto. O que me lembra o bilionário americano Warren Buffett, que declarou há pouco tempo: “a luta de classes existe, nós a vencemos.” Na verdade, a citação real é esta: “*Há uma luta de classes, é claro, mas é a minha classe, os ricos, que está travando a guerra. E nós vencemos.*”

assemelham aos de Stirner. Falando de seu vizinho, Stirner diz: “Se eu puder usá-lo, concordo e me uno a ele, a fim de fortalecer meu poder por meio deste acordo e fazer mais, graças à nossa força comum, do que uma única força isolada poderia fazer. Nessa ação comum não vejo absolutamente nada além de uma multiplicação da minha força e a faço durar apenas enquanto minha força estiver multiplicada. Mas, assim mesmo, é uma associação.”¹² Stirner não nega a necessidade ocasional de se associar a outros, mas o que ele teme é o questionamento de sua individualidade, seu “ser íntimo”. Os chamados anarquistas “anti-organizadores” não são realmente diferentes de Stirner. “Uma certa limitação da liberdade não pode ser evitada em lugar nenhum, porque é impossível libertar-se *de tudo*.”¹³

Alexandre Samis mostra, por sua vez, que dentro da própria corrente organizacional não havia unanimidade. Uma corrente, com Neno Vasco, “sempre fiel a Malatesta, que defendia a neutralidade dos sindicatos e a sua não subordinação ao anarquismo ou a qualquer doutrina social; e o outro, que, apoiando-se em experiências como a FORA do V Congresso, durante a qual o anarquismo havia sido tacitamente recomendado aos congressistas como ideologia, via no ‘finalismo’ uma atitude mais consistente.”¹⁴

Samis mostra que as mesmas divergências apareceram nos movimentos anarquista e sindicalista revolucionário brasileiro e francês, mas seu livro revela implicitamente a principal diferença entre os dois países: o contexto brasileiro mostra uma impregnação incomparavelmente mais forte da influência de Malatesta. É isso que lhe permite dizer:

“como não é possível que uma ideia seja dissociada daqueles que a defendem e, em particular, daqueles que nela se inspiraram para criar um movimento de ruptura com a ordem dominante, a responsabilidade e o zelo necessários para realizar as tarefas concretas que procedem das resoluções do Congresso recaem sobre os ombros dos anarquistas.”¹⁵

É preciso ter em mente que, na época em que o sindicalismo revolucionário estava sendo formado, a memória de Bakunin e da Federação do Jura estava muito enfraquecida, e o conhecimento dos textos de Bakunin era mínimo no movimento operário francês. Foi preciso que James Guillaume editasse os textos

¹² *O Único e sua Propriedade*, edições L'Âge d'Homme, p. 347.

¹³ Veja René Berthier, *Reading Stirner*, pp. 148-149. http://monde-nouveau.net/IMG/pdf/lire_stirner_-_23-07-2011.pdf

¹⁴ Samis *op.cit.*, págs. 337-338.

¹⁵ “Não há possibilidade de que uma ideia se dissocie daquilo que defende e, em particular, daquilo em que se inspira para realizar um movimento de ruptura com a ordem do dia; ela se apropria das sombras dos anarquistas com a responsabilidade e o zelo necessários para levar a cabo as tarefas concretas convocadas nas resoluções do Congresso.” Alexandre Samis. *Minha Pátria é o Mundo Inteiro*, pp. 200-201.

de Bakunin de 1869 – incluindo “a Política da Internacional” – e escrevesse artigos sobre a Federação do Jura para os anarquistas franceses para fazer a conexão entre o movimento proletário que se desenrolava diante de seus olhos e os textos da época da Associação Internacional dos Trabalhadores.¹⁶ Isso mostra até que ponto os anarquistas franceses não “inventaram” o sindicalismo revolucionário, porque essa “redescoberta”, feita por volta de 1905-1907, ocorreu exatamente na época em que o sindicalismo revolucionário estava em pleno andamento. Os numerosos artigos publicados em particular em *Les Temps Nouveaux* observam uma *equivalência* entre as práticas da Federação do Jura e o sindicalismo revolucionário, mas apenas confirmam um fato consumado e nunca falam de *linhagem direta*.

Corrêa, por outro lado, e Schmidt-van der Walt, percebem o sindicalismo revolucionário como uma produção da Federação do Jura e de Bakunin. É verdade que encontramos nas práticas da Federação do Jura e nas teorizações de Bakunin analogias óbvias com o sindicalismo revolucionário. Mas esta comparação não me parece judiciosa porque nos incita a evitar uma análise do que realmente foi o sindicalismo revolucionário tal como apareceu na CGT no início do século XX.

Além disso, minha hipótese é que a chamada AIT “antiautoritária” foi permeada por duas correntes: uma corrente precursora do sindicalismo revolucionário, representada por James Guillaume, e uma corrente precursora do anarquismo. Essas duas correntes tinham estratégias contraditórias, e me parece justo dizer que o anarquismo foi constituído *em oposição* à corrente sindicalista, e que foi constituído desde o início como uma corrente insurrecional. Por outras palavras, o anarquismo na sua “denominação de origem controlada” era um insurreccionismo anti-sindical. Foi por decisão dos anarquistas da chamada AIT antiautoritária que seus estatutos foram modificados para torná-la uma organização de afinidade, contrariando totalmente as recomendações de Bakunin. Podemos dizer, portanto, que o anarquismo, em sua forma inicial, tal como surgiu no final da Internacional, foi constituído em oposição a Bakunin. Mas é verdade que naquela época o número de membros da Internacional havia diminuído drasticamente.

Consequentemente, se deixarmos o discurso ideológico específico de Schmidt & van der Walt para retornar aos fatos históricos, não podemos afirmar que o sindicalismo revolucionário é uma produção do anarquismo. Mas se mantivermos absolutamente a tese de que o sindicalismo revolucionário foi formado dentro da Associação Internacional dos Trabalhadores, deve ficar claro que ele foi formado *em oposição* ao anarquismo. É compreensível que nenhuma dessas teorias se adequasse aos autores de *Black Flame*.

Quando os anarquistas começaram a perceber o fracasso retumbante da prática

¹⁶ Veja: Maurizio Antonioli, *Bakunin entre o sindicalismo revolucionário e o anarquismo*, edição Noir & Rouge.

de ataques, por volta de 1890-1892, quando Kropotkin finalmente entendeu que um edifício construído ao longo de séculos de história não poderia ser destruído com alguns quilos de explosivos, outros já haviam entendido a necessidade de se envolver no movimento sindical há algum tempo. É, portanto, falso dizer que o movimento anarquista se envolveu no movimento sindical *depois de* ter constatado o fracasso da prática de ataques. Não se trata de uma questão de sucessão de táticas, uma delas devendo fluir da outra. No auge dos ataques, muitos anarquistas *já eram* muito ativos no movimento sindical. Fernand Pelloutier foi eleito secretário da Federação das Bolsas de Trabalho (1895) em meio aos ataques, o que mostra claramente que outras soluções eram possíveis para o engajamento dos anarquistas.

Tentei mostrar que não há ligação entre o desespero causado pelo esmagamento da Comuna de Paris e os ataques que abalaram a França. É verdade que, durante a geração seguinte à Comuna, os ativistas que reivindicaram a herança da AIT tiveram que passar por provações difíceis. Eles viveram o período de ataques anarquistas: a repressão que se seguiu desorganizou os grupos anarquistas e viu sua imprensa desaparecer. Os ativistas vivenciaram o exílio, o trabalho duro e a clandestinidade. Na França, a República mostrou-se muito menos tolerante que o Segundo Império. Toda tentativa de reconstituir qualquer estrutura da classe trabalhadora, mesmo a mais inócua, era seguida de prisões e intimações perante uma corte marcial. Mas o trabalho de construção de uma organização operária não cessou, apesar da terrível repressão. Enquanto os jornais burgueses faziam dos ataques anarquistas suas matérias de primeira página, o trabalho discreto dos militantes continuava a construir sua organização de luta. Como escreve Édouard Dolléans, “o fogo arde sob as cinzas das organizações operárias destruídas”. Foi desse trabalho clandestino que nasceu o sindicalismo revolucionário, pelo qual os anarquistas fizeram o maior esforço.

O fim da Internacional

Dentro da própria Internacional antiautoritária, após o congresso de Saint-Imier, surgiram tensões até então ocultadas pelo conflito com o Conselho Geral. Essas tensões se opuseram duas correntes que surgiram dentro da Internacional antiautoritária, mas cuja presença tem sido um tanto escondida. Então eu escrevi em *O Fim da Primeira Internacional*:

“O movimento libertário não examinou nem estudou realmente, ao que parece, essas tensões, que surgiram depois do Sexto ^{Congresso} da Internacional, ou seja, depois de 1873, mas que estavam presentes antes, dentro da Internacional, entre uma corrente que poderia ser qualificada de ‘proto-sindicalista revolucionária’, com James

Guillaume, Bakunin e a federação espanhola¹⁷, e outra que começou a se designar explicitamente como anarquista, com homens como Pierre Brousse, Andrea Costa, mas também Malatesta, Cafiero, etc., e a federação italiana, de criação muito recente (1872).”¹⁸

A corrente “anarquista” acabaria por dominar no congresso de Verviers em 1877 e levaria à adoção pela Internacional antiautoritária de um programa “anarquista”, provocando a saída da federação belga, transformando a AIT numa organização de afinidade e precipitando seu colapso. Para ser justo, a corrente “anarquista” talvez não tenha sido realmente a *causa* do colapso da Internacional. O fato de ele ter conseguido dominar em Verviers também pode ser visto como um *sintoma* do declínio irreparável que atingiu a organização, que nada poderia ter salvado.

Nem é preciso dizer que essa análise não é apoiada unanimemente pelo movimento libertário, longe disso.

Internacional “antiautoritária” nem sequer terminou com um congresso declarando seu próprio fim, o que teria sido uma forma de terminar com honras: foi simplesmente decidido não convocar mais congressos. Não parece que o contexto e as razões dessa evaporação no ar de uma Internacional que apareceu muito vigorosa em Saint-Imier em 1872 tenham sido examinados de forma convincente.

Se, muito mais tarde, após a publicação dos escritos de Bakunin por James Guillaume,¹⁹ a questão do “trabalho duplo” foi tema de acalorados debates no movimento anarquista do início do século XX, não obteve unanimidade e uma parte significativa do movimento contestou a necessidade das lutas reivindicatórias, acusando o sindicalismo de ser um fator de integração dos trabalhadores ao sistema capitalista.

O Congresso de Verviers, em 1877, revogou as disposições do Congresso de Saint-Imier, que reconheciam a possibilidade de cada federação escolher seu próprio caminho para a emancipação (incluindo o parlamentar, razão pela qual era “antiautoritário”). A partir de agora, Verviers impõe à AIT um programa único – anarquista – totalmente contrário ao projeto que Corrêa atribui aos “anarquistas”. Ele escreve de fato:

“Portanto, a estratégia do anarquismo neste momento de maturidade, baseava-se fundamentalmente na formação de um movimento de massas, amplo e popular, que reunisse a maioria dos trabalhadores, sem distinção política ou religiosa, reunindo as condições necessárias para desempenhar esta dupla função: lutar pelos

¹⁷ Mas também a federação belga.

¹⁸ René Berthier, *O fim da Primeira Internacional*, Editions du Monde libertaire, pp. 248-249.

¹⁹ Veja Maurizio Antonioli, *op. cit.*

problemas de curto prazo e conduzir o próprio processo revolucionário no caminho do socialismo.”²⁰

Esta descrição não corresponde de forma alguma à realidade da AIT após o congresso de Verviers, antes de se dissolver no ar: ela era tudo menos um “vasto e popular movimento de massas”: havia se tornado uma pequena organização de afinidade.

Discuto que o anarquismo tenha atingido a “maturidade” nessa época, para usar a expressão de Corrêa. Pelo contrário, penso que se tomarmos as posições de Bakunin como ponto de referência, ele iniciou uma séria regressão a partir do congresso de Verviers. E precisamos concordar sobre o que queríamos dizer com “anarquismo” naquela época. Se pensarmos em Bakunin, podemos dizer que ele atingiu um certo grau de elaboração. Se pensarmos no movimento anarquista nascente, ou seja, o movimento impulsionado sobretudo pelos militantes da federação italiana, o mínimo que podemos dizer é que ele não tem maturidade: ele se define mais pelo seu insurrecionalismo, e não de forma alguma pela sua visão sindical, “de massas”, da ação revolucionária.

Significativamente, Malatesta, Cafiero e cerca de trinta homens lançaram uma tentativa de insurreição em Benevento, Itália, cinco meses antes do Congresso de Verviers, que não agitou as massas e terminou miseravelmente. O mérito deles é que eles sinceramente tentaram uma insurreição, não que eles plantaram uma bomba na esperança de galvanizar as massas.

O problema é que o Congresso de Verviers, realizado em setembro de 1877, fez exatamente o oposto do que Bakunin defendia e, acima de tudo, o oposto do que Corrêa, mas também Michael Schmidt e Lucien van der Walt, viam como anarquismo. Este congresso liquidou a AIT como uma organização de massas e literalmente a transformou em um grupo anarquista específico. Além disso, naquela época a chamada Internacional “antiautoritária” era apenas uma sombra do que era. É significativo que, após o congresso de Verviers, dos sete delegados da Federação do Jura, apenas dois – Guillaume e Brousse – retornaram para retomar a luta. Os outros cinco desapareceram no ar!

Mais uma vez, tenho a impressão de que o anarquismo que Corrêa concebe em sua mente, e as relações que esse anarquismo mantém com a AIT, fazem parte de uma construção mítica. As práticas a que ele se refere (“um movimento de massas, vasto e popular, que reunisse a maioria dos trabalhadores, sem distinção política ou religiosa”) correspondem bem à projeto anarquista como Bakunin o entendeu na teoria, mas *absolutamente não* na realidade observável após o

²⁰ “No entanto, a estratégia do anarquismo, nesse momento de maturidade, baseava-se, fundamentalmente, na conformação de um movimento de massas, amplo e popular, que reunisse a maioria dos trabalhadores, sem distinções políticas ou religiosas, proporcionando as condições necessárias para o cumprimento dessa dupla função: lutar por questões curtas e suaves e abraçar, ao mesmo tempo, o processo revolucionário apontado para o socialismo.” F. Corrêa, *op. cit.*, pág. 73.

congresso de Verviers. Naquela época, a AIT já não era uma organização de “massa” há algum tempo.

É indiscutível que nos discursos de Bakunin e da Federação do Jura encontramos concordâncias com o sindicalismo revolucionário: podemos, portanto, legitimamente dizer que Bakunin e a Federação do Jura foram precursores desta corrente do movimento operário. Também é evidente que as tentativas de alguns marxistas (dos quais Toledo talvez seja um) de se apropriarem desse movimento não são muito convincentes, embora o allematismo tenha muitos pontos em comum com o sindicalismo revolucionário. Mas isso não basta dizer que a fundação do sindicalismo revolucionário remonta à década de 1860.

É indiscutível que o sindicalismo revolucionário nasceu na CGT e que naquela época havia muitos anarquistas nessa organização, e que eles contribuíram muito para a fundação dessa corrente. Mas em vez de abordar esta questão de uma forma ideológica e a-histórica, seria melhor simplesmente ler as atas dos primeiros congressos da CGT: veríamos que as coisas são muito mais complexas, que ao lado dos anarquistas havia outras correntes. Por exemplo, no congresso confederal de Lyon em 1901, um reformista como Niel pôde declarar: “Os sindicatos, gostemos ou não, estão neste momento numa vertente revolucionária. (...) O sindicato deve ser revolucionário ou não deve existir.” Ser reformista em 1901 não tinha o mesmo significado que tem hoje...

A CGT, portanto, com os anarquistas que ali atuavam, praticava o sindicalismo revolucionário antes mesmo de receber um nome. Mas, ao mesmo tempo, outros anarquistas, de certa forma os anarquistas “específicos”, aqueles que eram ativos fora da CGT e aqueles que não podiam se filiar a ela porque não eram empregados, estavam fazendo uma crítica formal ao sindicalismo e à CGT. Feita esta observação, não podemos falar do sindicalismo revolucionário como uma “estratégia do anarquismo”: no máximo podemos dizer que a ação sindical foi o modo de intervenção preferido *de uma parte* do movimento anarquista.

Quando James Guillaume publicou as obras de Bakunin e a história da Federação do Jura de 1905, muitos anarquistas descobriram, outros redescobriram, textos que desenvolviam temas cuja aplicação concreta eles podiam ver através do movimento sindical. Mas entre aqueles que escreveram artigos espantados na imprensa anarquista expondo essa analogia, muitos não estavam na CGT. Eles viram isso de fora.

Naturalmente, os militantes anarquistas da CGT aproveitaram esse apoio fornecido pela memória da Federação do Jura e de Bakunin, mas rapidamente surgiram fissuras entre aqueles que defendiam a ação sindical e aqueles que demonstravam reservas: a ilustração dessa fissura é encontrada no debate entre Monatte e Malatesta no congresso anarquista internacional de Amsterdã, em 1907. Militantes proeminentes mais tarde se distanciaram do anarquismo, como Pierre Monatte e Amédée Dunois, que reduziram e depois cessaram sua colaboração com a imprensa do movimento anarquista. O lançamento de *La Vie*

ouvrière em outubro de 1909 completaria esse processo.

Os anarquistas não se deixaram enganar.

Aproximação dos sindicalistas revolucionários e da esquerda socialista

Se o desejo de se opor à influência do socialismo parlamentar foi uma das razões da entrada dos anarquistas nos sindicatos, Também houve tentativas entre os anarquistas que estavam interessados em se aproximar da classe trabalhadora de se unirem às correntes socialistas de oposição em favor da greve geral. Em outras palavras, se os socialistas se aproximaram do sindicalismo revolucionário, foi na questão da greve geral, *da qual os líderes socialistas não queriam ouvir falar*. Mas ao fazer isso, os socialistas que apoiaram a greve geral foram condenados pela maioria do movimento socialista. A Internacional Socialista condenou como “anarquistas” socialistas como Rosa Luxemburgo, que se declararam a favor da greve geral (que Luxemburgo chamou de “greve de massas” para se distinguir dos anarquistas e sindicalistas revolucionários).

De certa forma, aquela parcela do movimento anarquista que não considerava a ação sindical como “reacionária” passou à ofensiva, tentando se dar meios para contestar a hegemonia social-democrata, e para isso esses militantes buscaram aliados dentro da ala esquerda da social-democracia.²¹ Os anarquistas da CGT então implementaram uma verdadeira estratégia ofensiva contra a social-democracia reformista e contra o socialismo guesdista e suas tentativas de subordinar o sindicato ao partido. Esta estratégia aproximou os sindicalistas revolucionários – temporariamente – da esquerda socialista, que por sua vez tentou puxar o cobertor revolucionário para si... Tentativas de reaproximação entre anarquistas e socialistas geralmente terminam com o retorno dos socialistas à empresa-mãe, com a atração das sereias eleitorais prevalecendo sobre a perspectiva de uma greve geral.

Uma das razões que levaram alguns anarquistas franceses a envolverem-se no sindicalismo foi a presença de socialistas nos sindicatos: tratava-se de contrariar as suas tendências “autoritárias”. Essa motivação aparece muito claramente na imprensa anarquista da época, mas também no Brasil. Na França, os anarquistas souberam tirar proveito da extraordinária divisão dos socialistas, espalhados por meia dúzia de partidos. A corrente socialista não se unificou até 1905, tendo como consequência um enfraquecimento progressivo da corrente sindicalista revolucionária.

Na época em que Pelloutier publicou sua “carta aos Anarquistas” (1899), o socialismo parlamentar francês estava em crise e dividido em cinco ou seis

²¹ Veja o artigo de Guillaume Davranche, “Pelloutier, Pouget, Hamon, Lazare e o retorno do anarquismo ao socialismo (1893-1900)”, *Cahiers d'histoire. Revisão Crítica de História*, 110 | 2009, 139-161. <https://chrhc.revues.org/1998>

partidos que eram irreconciliavelmente opostos entre si em quase tudo, cada um com múltiplas tendências. Essa foi uma das razões do descontentamento dos trabalhadores com o socialismo parlamentar.²² Assim, Besombes, no congresso de Limoges do partido socialista (1906), realizado logo após o congresso de Amiens, fez a seguinte declaração: “as divergências entre socialistas e sindicalistas são causadas por nossas divisões anteriores à unidade. Quando estávamos disputando entre nós e quando vimos que até mesmo os socialistas não admitiam a luta de classes, muitos companheiros se limitaram à ação sindical.”

A CGT e os anarquistas, com o slogan: “Nada de política nos sindicatos”, representavam o sindicato, enquanto os cinco partidos socialistas, envolvidos em lutas por influência e querelas políticas permanentes, eram a divisão: o Partido dos Trabalhadores Franceses de Júlio Verne. Convidado; Federação dos Trabalhadores Socialistas da França por Pierre Brousse; Partido Revolucionário Socialista dos Trabalhadores de Jean Allemane; Comitê Central Revolucionário (Blanquista); Socialistas independentes com Jean Jaurès, Alexandre Millerand, René Viviani, Aristide Briand. Mesmo após a unificação dos socialistas em um único partido em 1905, este foi composto por tendências hostis que reproduziram as divisões anteriores. Todas essas tendências tinham suas revistas, que dedicavam boa parte de suas páginas a polemizar umas com as outras... e a condenar as divisões. No *Le Socialiste* de 4 a 11 de novembro de 1908 (Guesdista), um ativista contou “quase quarenta tendências no Partido”.²³ É, portanto, compreensível que o discurso sindicalista revolucionário sobre a unidade da classe trabalhadora tenha sido tão bem compreendido pelos trabalhadores.

Em todos os partidos socialistas europeus havia grupos antiparlamentar e opositorista: na Alemanha (os Jungen), nos Países Baixos (SDB), em França (PSOR), na Suécia, na Grã-Bretanha com a Liga Socialista – uma cisão da Federação Social-Democrata, na qual coexistiam marxistas e anarquistas...

Para que conste, é preciso recordar que, perto do fim do AIT antiautoritário, o A corrente “sindicalista” representada por James Guillaume havia tentado uma reaproximação com o movimento socialista (especialmente o alemão, o único que era significativo na época) – uma reaproximação que, pode-se dizer, não despertou o entusiasmo da corrente “anarquista” e que havia sido sabotada pelos líderes social-democratas. Depois, após o fim da AIT, os militantes operários “orfãos da Internacional” se apegaram ao movimento socialista participando de seus congressos internacionais, até serem definitivamente excluídos em 1896.

Foi um período de transição em que as pessoas até falavam de um “partido anarquista”. Mas a palavra “festa” tinha dois significados. Poderia ter o significado muito geral de “organização que reúne os apoiadores de uma causa”,

²² Congresso Socialista de Limoges 1906, <https://bataillesocialiste.files.wordpress.com/2008/07/congres1906o.pdf>

²³ Citado por Marc Angenot, *Discurso Social* / Nova série Discurso Social Volume XIV (2002), p.14.

“aqueles que tomam partido por uma causa”; poderia também ter o significado que lhe damos hoje. Quando Pouget fala da CGT como o “partido do trabalho”, é no primeiro sentido que a palavra deve ser entendida.

Malatesta também usou a palavra, mas de forma flutuante. Em 1897, por exemplo, ele escreveu:

“Por partido anarquista entendemos todos aqueles que querem contribuir para alcançar a anarquia e que, portanto, precisam estabelecer uma meta a ser alcançada e uma maneira de alcançá-la.”²⁴

Mas alguns anos antes, em 1891, ele participou do congresso de Capolago para a criação de um “Partido Socialista Anarquista Revolucionário”, que incluía anarquistas e socialistas antiparlamentares.²⁵ Era uma época em que as divisões entre as duas correntes ainda não estavam firmemente estabelecidas. Houve então movimentos de translação entre anarquismo e socialismo, grupos indo de um lado para o outro conforme as circunstâncias e as experiências que tinham. Alguns grupos socialistas consideravam a ação parlamentar apenas uma opção entre outras, sendo que a opção revolucionária também continuava sendo possível. Outros tentaram a estratégia parlamentar e ficaram decepcionados.

Na Itália, falava-se do “partido anarquista” (Malatesta, Fabbri, Luigi Molinari) e do “partido sindicalista” (Enrico Lonca, Enrico Leone, Giulio Barni, Sergio Pannunzio). Na França, parte do movimento anarquista tentou se aproximar da oposição socialista com vistas a uma recomposição, formando, diante da social-democracia reformista, uma esquerda não parlamentar. Ativistas anarquistas como Pouget, Pelloutier, Lazare, Hamon estavam no centro desta tentativa,²⁶ que fracassou, mas que estava em consonância com as tentativas do movimento antiautoritário, após o fim da AIT, de se integrar aos congressos socialistas internacionais: durante muito tempo o movimento anarquista se considerou um componente do movimento socialista internacional, e foi a social-democracia que tudo faria para excluí-lo.

A social-democracia alemã pôs em movimento sua enorme máquina para cortar laços com o antiparlamentarismo e impor o modelo social-democrata de submissão do movimento de classe ao movimento político. Os socialistas fizeram várias tentativas de excluir “anarquistas” dos congressos socialistas

²⁴ “Pretendemos festejar a anarquia junto com aqueles que buscam competir para trazer a anarquia e que se viram forçados a abrir caminho para recuar e encontrar uma maneira de perseverar.” (Organização 1897, “Organizadores e antiorganizadores” em *L'agitazione*, Ancona, 4 de junho de 1897).

²⁵ René Berthier, “anarquismo e a noção de partido”, <http://monde-nouveau.net/spip.php?article 439>

²⁶ Veja o excelente artigo de Guillaume Davranche, “Pelloutier, Pouget, Hamon, Lazare e o retorno do anarquismo ao socialismo (1893-1900)”, *Cahiers d'histoire. Revisão Crítica de História*, 110 | 2009, 139-161.

internacionais. Mas jogados porta afora, os anarquistas voltaram pela janela com os bonés que representavam sua união no congresso de Londres em 1896. Foi neste congresso de 1896 que os anarquistas foram definitivamente excluídos.

Na França, o Partido Socialista Revolucionário dos Trabalhadores (POSR) foi fundado em 1891 com Jean Allemane, um ex-comunardo, como figura dominante. Os allemanistas eram ativistas operários comprometidos com a política eleitoral, mas que buscavam uma alternativa revolucionária ao parlamentarismo e eram apoiadores do sindicalismo e da greve geral. Muitos germanistas fizeram campanha ao lado de Fernand Pelloutier nas Bolsas do Trabalho. Pelloutier acreditava então que o POSR – o partido mais importante do socialismo na França – estava passando por uma evolução que o aproximava muito mais do anarquismo. Era, ele escreveu então, um “berçário de anarquia”.²⁷ Obviamente, essa observação complicaria um pouco a imagem de Toledo sobre a relação entre socialismo e anarquismo – se ela estivesse estudando a situação francesa, isso seria óbvio.

Foi no Congresso Socialista Internacional em Zurique (6-12 Agosto de 1893) que o sectarismo e a arrogância do SPD alemão empurrariam os socialistas da oposição para os anarquistas: os socialistas alemães expulsaram dois delegados dos Independentes Alemães, Wilhelm Werner e Gustav Landauer, provocando um alvoroço. Os guesdistas, subservientes aos seus senhores alemães, apoiaram estes últimos, mas os alemanistas e os blanquistas se opuseram à exclusão, assim como os poucos libertários presentes nas delegações britânica e italiana. Cinquenta delegados (de 500) deixam a sala e realizam um congresso separado. Pela primeira vez, anarquistas, socialistas independentes e antiparlamentares se reuniram. Foi durante este mini-congresso que Domela Nieuwenhuis declarou que “a fusão de todos os elementos sindicalistas revolucionários é possível.”²⁸ A partir de então, ele se dedicou a promover uma aproximação entre anarquistas e socialistas revolucionários. Bernard Lazare fala em formar um “grande partido revolucionário internacional antiparlamentar e antiestatista”.²⁹ Malatesta e Merlini abraçaram a ideia e redigiram um apelo à formação de um “grande partido internacional”. A ideia ganhou força, mas fracassou após o ataque de Vaillant, que levou à aprovação das leis “scélérates” e ao aumento da repressão antianarquista. Naquele dia, a “estratégia” insurrecional não fez exatamente a revolução avançar... No entanto, a ideia não foi abandonada. Assim escreveu Domela Nieuwenhuis em maio-junho 1894 na revista de Bruxelas *La Nouvelle société*: “Em vez de serem antíteses incompatíveis, o socialismo revolucionário e o anarquismo podem, portanto, cooperar”:

²⁷ *La Revue bleue*, nº 6, 8 Agosto de 1896. Citado por Jean Maitron. *O Movimento Anarquista na França*, Vol. 1, p. 293.

²⁸ *Le Temps*, Agosto de 1893.

²⁹ Citado por Guillaume Davranche, *loc. cit.*

“Socialistas revolucionários, junto com anarco-comunistas, se possível, devem liderar a luta de classes, organizar as massas e usar greves como meio de poder político, em vez de usar suas forças na luta política. Deixemos a política para os políticos.”³⁰

Deve-se notar que estamos falando aqui de “socialistas revolucionários” e “anarco-comunistas” – não de sindicalistas revolucionários, dos quais ainda não estamos falando.

De certa forma, o sectarismo social-democrata provocou um processo de unificação das diferentes correntes antiparlamentares. Um processo que não dará certo, é verdade. Mas esses eventos tiveram repercussões entre alguns intelectuais socialistas que gravitavam em torno do jornal *Le Mouvement socialiste*.

Exceção espanhola?

Schmidt e van der Walt são muito cuidadosos em não apresentar o caso do movimento libertário espanhol como uma exceção porque sua intenção é mostrar que o anarquismo foi um fenômeno internacional amplamente desenvolvido.

“O que estamos argumentando é que houve muitos momentos de ‘trunfo’ para a ampla tradição anarquista e que é um erro considerar o anarquismo como sempre o primo pobre das tradições socialistas, como o marxismo clássico e a social-democracia. A tese de um ‘excepcionalismo espanhol’ tomou a Europa Ocidental e a América do Norte como pontos de comparação, mas ignorou muitos movimentos importantes nessas regiões, bem como em outros lugares, desviando grande parte de energia para tentar explicar uma “peculiaridade” espanhola que não existia.” (pág. 15)

Entendo muito bem o ponto de vista deles e estaria disposto a contestar com eles a ideia de uma “exceção” espanhola, embora quando se conhece os refugiados espanhóis, individualmente, mas também nas estruturas sindicais que eles reconstituíram na França enquanto esperavam ferozmente para retornar à Espanha para retomar a luta contra Franco, ainda se tenha um pouco de dificuldade em não perceber nesses ativistas algo de excepcional.

Schmidt e van der Walt levantam mais uma vez a questão do método, e os argumentos que eles apresentam não são convincentes. Além disso, não há necessidade de tentar “provar” que o caso da Espanha não foi uma exceção para demonstrar que o movimento anarquista foi um movimento internacional. A experiência da CNT foi breve, menos de vinte anos se contarmos desde sua

³⁰ Cf. Domela Nieuwenhuis, *Le socialisme en danger*, Payot, p. 84. Na edição Payot, temos “usar seus pontos fortes”. A versão do Projeto Gutenberg diz “use sua força”, assim como o site www.marxists.org

fundação até o fim da guerra civil, mas, gostemos ou não, ela teve algo de excepcional: nenhuma organização de inspiração libertária conseguiu triunfar como a CNT sobre as tentativas de subjugação à Internacional Comunista; nenhum deles iniciou uma revolta de massas bem-sucedida contra um golpe fascista, nenhum deles implementou a reorganização da indústria, do comércio e da agricultura como a CNT fez, e devo acrescentar, nenhum deles foi derrotado como a organização espanhola depois de ter enfrentado o nazismo, o fascismo italiano, o stalinismo, os republicanos espanhóis e a indiferença internacional. Acredito que nenhum dos movimentos libertários que se desenvolveram na mesma época se sentiria ofendido se o movimento libertário espanhol tivesse sido reconhecido como tendo um certo caráter “excepcional”.

Movimentos de massa de caráter libertário se desenvolveram em muitos países e o movimento libertário espanhol não foi o mais importante, dizem os autores de *Black Flame*: o movimento sindicalista revolucionário espanhol representava apenas metade do proletariado organizado na Espanha, dizem-nos, o que era proporcionalmente menor do que os movimentos na Argentina, Brasil, Chile, Cuba, França, México, Peru, Portugal e Uruguai, que faziam parte da “ampla Tradição Anarquista” e que dominavam quase todo o movimento operário (*Black Flame*, p. 15).

Acho que nossos camaradas sul-africanos estão totalmente confusos. No Brasil, o movimento anarquista certamente teve uma influência muito importante na corrente sindicalista revolucionária, mas esta não apresentou a mesma coesão e permanência que sua equivalente espanhola. Na França, o sindicalismo revolucionário também foi fortemente influenciado pelo anarquismo, mas durou muito pouco e foi rapidamente ultrapassado pelo reformismo. Quanto à Argentina, Schmidt e van der Walt estão em plena fantasia: de fato, se a FORA era de fato uma organização de massas anarquista (e não arco-sindicalista), ela rapidamente se viu diante de uma fortíssima corrente sindical revolucionária de origem socialista e soreliana que, além disso, colaborava com o governo radical.

Não sei o suficiente sobre outros países para dar uma opinião.

O exemplo espanhol é extremamente instrutivo porque relativiza consideravelmente, ou mesmo invalida, o argumento de que é o contexto de repressão pós-Comuna que está na origem dos desvios do movimento “antiautoritário” francês em direção aos ataques, aos grupos de afinidade, ao insurrecionalismo e ao messianismo revolucionário. O argumento de que a repressão impediu o surgimento de um movimento organizado e empurrou os ativistas para o terrorismo poderia ter tido alguma credibilidade, desde que se permanecesse cego a todas as iniciativas, discretas a princípio, mas reais, que depois da Comuna levaram à reconstituição das organizações operárias. Portanto, se a repressão e o desejo de vingança que ela despertou podem explicar em parte os ataques anarquistas, está longe de ser a única razão.

Mas em Espanha, os activistas encontraram-se na mesma situação de

repressão após o golpe militar de 3 Janeiro de 1874 e a restauração da monarquia: dissolução da organização, proibição de jornais, prisão, tortura, deportação, execuções. A restauração do direito de associação foi seguida pela reconstituição espetacular do movimento de massas.

O comunismo anarquista surgiu após a morte de Bakunin ³¹. Apesar do incentivo de Kropotkin para se engajar em ações sindicais, ele imediatamente se identificou com o insurrecionismo, isto é, com o antissindicalismo e o terrorismo. Os militantes que aderiram a essa orientação falavam de “propaganda pela ação”, distorcendo da pior forma um princípio enunciado pela AIT e que originalmente significava a disseminação de princípios revolucionários por meio do exemplo de realizações *construtivas* como fundos de assistência, cooperativas, **bibliotecas**, escolas, etc. Esse processo não escapou à Espanha, que também experimentou terríveis oposições entre o ramo sindicalista do movimento libertário e o ramo insurrecionalista – oposições cuja existência já podia ser percebida dentro da própria Internacional “antiautoritária”. A este respeito, não houve nenhuma “exceção espanhola”. Deve-se acrescentar, no entanto, que se a corrente anarco-comunista foi incontestavelmente a herdeira de Kropotkin e Malatesta, o pensamento desses dois teóricos foi grandemente distorcido, da mesma forma, aliás, que o pensamento de Proudhon e Bakunin foi distorcido por seus sucessores.

Black Flame nos conta que Murray Bookchin distinguiu entre os anarco-sindicalistas espanhóis, “que controlavam o movimento trabalhista”, e os “anarco-comunistas” que, segundo Bookchin, viam os sindicalistas “com desdém”. Bookchin tem uma visão muito caricata das coisas. Na Espanha, como em outros lugares, houve um período em que os anarquistas comunistas se opuseram à corrente sindicalista, às vezes violentamente, mas essa oposição cessou entre 1900 e 1907, quando os anarquistas decidiram ingressar em massa nos sindicatos. E naquela época ainda não havia um movimento “anarcossindicalista”, apenas um movimento sindicalista revolucionário.

Só para constar, Bookchin odiava o anarcossindicalismo. Seu artigo *O Fantasma do Anarco-Sindicalismo* é uma difamação completa do movimento, apresentando-o da forma mais negativa possível.

³¹ Aqui está um trecho da nota de leitura do livro de Kristin Ross, *L'imaginaire de la Commune* (La Fabrique, 2015): “O comunismo anarquista (ancestral do comunismo libertário) foi fruto de uma invenção coletiva. Em seu livro *O Imaginário da Comuna*, Kristin Ross descreve as discussões entre sobreviventes, internacionalistas e simpatizantes durante as sucessivas comemorações da Comuna de Paris na Suíça: vemos o início de uma posição política que logo seria chamada de ‘comunismo anarquista’ e que seria desenvolvida e refinada coletivamente pelo grupo de ativistas em Genebra – entre os quais estavam Reclus, Kropotkin, Cafiero, Malatesta e Lefrançais – no final da década de 1870 e início da década de 1880.” (Ross, 2015, p. 128)

“Este ataque ao anarco-sindicalismo é de um tom de violência e malevolência igual àqueles adotados pelas seitas ultraesquerdistas e pelos marxistas-leninistas contra... o anarquismo. (...) Murray Bookchin não critica *um* anarco-sindicalismo, experiência ou organização em particular, mas todo o movimento, desde suas origens até os dias atuais ³².”

As duas correntes do anarquismo se chocaram na Espanha, às vezes de forma muito violenta, a partir de 1881: uma de inspiração bakuniniana e sindicalista (ou coletivista), a outra de inspiração malatesto-kropotkiniana, anarco-comunista.

Os militantes espanhóis da corrente coletivista, herdeiros da Internacional, interpretarão à sua maneira, de uma forma mais “ortodoxa”, o apelo à “propaganda pela ação”. Eles simplesmente aplicarão as resoluções de seu congresso de 1873, pedindo apoio a greves, criação de fundos de resistência, organização de manifestações, reuniões, redes de cooperativas de consumo, criação de escolas, **bibliotecas**, centros educacionais, sociedades mútuas e agências de emprego. O fato de a seção espanhola ter sido a única a manter o caráter de uma organização de massas não é fortuito. Salientemos que a repressão antioperária na Espanha não foi menos feroz do que aquela que atingiu o proletariado francês depois da Comuna. É difícil negar que houve, no entanto, uma forma de “exceção espanhola”, que a *Black Flame* contesta, mas foi uma exceção devido muito simplesmente ao fato de que os militantes dos trabalhadores espanhóis, diferentemente de seus camaradas em outros países, continuaram a aplicar os princípios organizacionais e estratégicos desenvolvidos na época da AIT e explicados por Bakunin.

Mas o movimento libertário espanhol enfrenta, como em outros lugares, os mesmos problemas de outros países e está se dividindo. Em fevereiro de 1881, o direito de associação e reunião foi estabelecido, a federação espanhola saiu da clandestinidade e organizou um congresso em Barcelona em setembro. A federação recuperou rapidamente 50 000 membros, mas surge um conflito muito sério. Os ativistas de formação bakuninista e os novos que aderiram ao comunismo anarquista de Kropotkin e Malatesta choque. Os coletivistas defendiam o sindicalismo, a ação de massa, as greves gerais, a ação coordenada do movimento operário e a preparação dos trabalhadores para a gestão da sociedade, a fim de alcançar uma sociedade socialista onde os meios de produção seriam coletivizados. Os anarquistas comunistas “rejeitaram toda organização sob o pretexto de combater o menor germe de burocracia, de contemporização com o capital e de reformismo soporífero; Eles elogiaram o mérito dos grupos autônomos, da iniciativa revolucionária individual e do terrorismo para alcançar

³² Jacky Toublet, “considerações sobre o anarco-sindicalismo”, em: *Anarco-sindicalismo e anarquismo*, ACL, 1994. Veja também: “Bookchin e o espectro do anarco-sindicalismo”, Pierre Bance, http://www.autrefutur.net/IMG/pdf/Bookchin_et_1_anarcho-syndicalisme.pdf

uma sociedade comunista completa sem transição.” Cada um produziria de acordo com suas forças e consumiria de acordo com suas necessidades³³; “Não haveria nem autoridade nem lei, pois os homens, naturalmente bons, teriam reduzido à impotência uma minoria de pessoas más: patrões, banqueiros, especuladores, comerciantes, guardas prisionais, soldados, policiais, legisladores, padres, grandes proprietários de terras, políticos.”³⁴

Durante algum tempo, a atividade desses anarquistas, principalmente na Espanha e na Itália, foi participar ou incitar insurreições locais, durante as quais algumas dezenas de pessoas invadiram a prefeitura, queimaram documentos administrativos, proclamaram o comunismo, na maioria das vezes com indiferença geral, antes de serem expulsas pela polícia. Tratava-se de dar o exemplo ao povo.

Ou então, nos infiltramos em organizações de massa para liquidá-las. Foi o caso, em particular, do andaluz Miguel Rubio que, apoiando-se numa sociedade secreta, os “deserdados”, conquistou para as suas ideias muitos activistas que lançaram um ataque à federação regional para acelerar o seu desaparecimento.

Os coletivistas, ou seja, a tendência sindicalista, no entanto acabaram vencendo no congresso de Sevilha em setembro de 1882, mas por pouco tempo. As posições dos coletivistas foram confirmadas neste congresso, mas a luta entre anarcocomunistas e coletivistas acabaria levando à dissolução da Federação de Trabalhadores da Região Espanhola³⁵ em 1888. Assim, a única organização de massas ainda existente na Europa após a derrota da Comuna de Paris desapareceu, menos sob os golpes do Estado e dos patrões do que por causa dos ataques dos anarquistas comunistas. Acho que se Michael Schmidt e Lucien van der Walt tivessem conseguido explicar a um sindicalista libertário espanhol da década de 1880 que o sindicalismo era uma “estratégia” do anarquismo, eles teriam sido recebidos com uma grande gargalhada.

“A luta entre anarcocomunistas e coletivistas logo levou ao desaparecimento da Federação dos Trabalhadores da Região Espanhola. Os comunistas libertários ameaçaram de morte os membros da Comissão Federal (os veteranos Farga Pellicer, Francisco Tomas, José Llonas Pujals, etc.), entraram na Catalunha, desintegraram os sindicatos e finalmente obtiveram a dissolução efetiva da Federação no Congresso de Valência em outubro de 1888. Poucos anos depois, algumas “seções” ainda resistiam, mas havia chegado o momento do “grupismo”, do messianismo revolucionário, das insurreições, dos ataques e do negativismo.”³⁶

³³ CM Lorenzo, *Anarquistas espanhóis e poder*, Le Seuil, p. 31.

³⁴ CM Lorenzo, *loc. cit.*

³⁵ A Federação Regional Espanhola da Internacional adotou o nome de Federação Regional Espanhola dos Trabalhadores depois de sair da clandestinidade em 1881.

A era dos ataques, da repressão e dos ataques em resposta à repressão começou em 1891. No dia 6 Em junho de 1896, uma bomba lançada contra uma procissão em Barcelona desencadeou uma terrível repressão: centenas de militantes de todos os lados, escolhidos aleatoriamente, foram presos na fortaleza de Monjuich e torturados de forma abominável, o que levou a outros ataques. Essa espiral de terrorismo convinha aos extremistas que pensavam poder abalar o torpor das massas e à reação que conseguia aumentar as medidas repressivas.

Após algumas explosões repentinas e tentativas de reconstruir uma organização sindical, a filial espanhola da Internacional desapareceu após uma lenta agonia: “Em 1905, a esquelética Federação das Sociedades Operárias preferiu se afundar em vez de arrastar uma existência miserável”, comenta C.M. Lorenzo. O terrorismo anarquista na Espanha teve como alvo não apenas os representantes da ordem dominante, mas também as organizações dos trabalhadores, a ponto de quase fazê-los desaparecer.

Então, quando lemos da pena de Michael Schmidt e Lucien van der Walt a história perfeitamente idílica (e mítica) do anarquismo espanhol como legado do bakuninismo, a realidade é que vinte anos de anarquismo comunista levaram a melhor sobre o legado bakuniniano e sindicalista da federação espanhola da Internacional.

Há uma ideia fortemente arraigada na mente dos ativistas de que há continuidade entre a federação espanhola da Internacional e a CNT, fundada em 1910. Não é tão simples assim. Uma onda de anarquismo insurrecionalista atingiu a Espanha, assim como a França, durante a qual militantes anarquistas comunistas se esforçaram para destruir as organizações de massa de inspiração libertária, seja por atos ou por palavras: “No final de 1891, vindo de Londres, o famoso revolucionário italiano Errico Malatesta atacou os coletivistas durante sua grande viagem de propaganda.”³⁷ Agora, coletivismo (como era entendido naquela época) era o termo (em preferência a “anarquismo”) ao qual Bakunin se referia. Um relatório policial nos diz que foi Malatesta “quem fundou todos os grupos de ação na Espanha e que converteu os coletivistas à anarquia.”³⁸

Avrich e Bookchin, citados por Michael Schmidt e Lucien van der Walt, certamente não são as referências mais qualificadas para “categorizar” o anarquismo russo e o anarquismo espanhol. Alexandre Skirda e Cesar M. Lorenzo me parecem mais qualificados, mas talvez não sejam acessíveis aos leitores de língua inglesa. O que acontece é que, na Rússia, como na Espanha, o ramo

³⁶ César M. Lorenzo, *Os anarquistas espanhóis e o poder, 1868-1969*, Le Seuil, 1969, pp. 34-35.

³⁷ *O Movimento Anarquista na Espanha*, Cesar M. Lorenzo, Les Éditions libertaires, pp. 44-45. “coletivista” foi o termo ao qual Bakunin se referiu e seria aproximadamente sinônimo de “anarco-sindicalista”, em oposição a “anarco-comunista”. O significado da palavra variou posteriormente.

³⁸ Relatório do policial “Guillaume”, 18 de maio de 1895; em *À contretemps*, n° 36, janeiro de 2010.

anarcocomunista do movimento libertário e o ramo sindicalista têm experimentado antagonismos violentos que não concordam com a visão idílica dos autores de *Black Flame* e que, especialmente, não concordam com sua ideia de sindicalismo revolucionário como uma “estratégia” ou como uma “variante” do anarquismo.

Os autores de *Black Flame* estão certos ao dizer que “numa situação em que os anarquistas estavam profundamente enraizados na classe trabalhadora e no campesinato e onde não havia nenhuma força que pudesse desafiar seriamente o domínio anarquista sobre a CNT, o sindicato não teve problemas em se declarar anarquista e se identificar explicitamente com a tradição anarquista”.³⁹ No entanto, Schmidt e van der Walt ignoram uma parte crucial da história: durante uma geração – de 1880 a 1907 – os anarquistas comunistas vigorosamente antissindicalistas na Espanha trabalharam para destruir as organizações de massa herdadas da Internacional. Foi somente em 1907 que o movimento anarquista espanhol decidiu mudar de estratégia e se envolver em massa, por meio de um ato perfeitamente voluntário, no movimento sindical.

É verdade que uma vez tomada esta decisão pelos anarquistas espanhóis, o resultado foi espetacular, o que nos permite julgar o tempo perdido em impasses.

Julguemos:

“Enquanto antes de 1907 os grupos anarquistas rejeitavam o sindicalismo e eram poucos em número, sem audiência, sem influência nas massas, de 1919 a 1920 foram os sindicatos que deram origem aos grupos anarquistas, mais bem adaptados para resistir à repressão; Eles fornecem um fluxo contínuo de trabalhadores que, tendo descoberto a ideologia libertária, se transformam em sindicalistas revolucionários. Agora todos os anarquistas, ou quase todos, são sindicalistas; anarquismo e anarco-sindicalismo tornam-se sinônimos.”⁴⁰ (*eu enfatizo*)

Estas observações trazem irresistivelmente à mente um relatório da polícia francesa, datado do mesmo período – 1908 – observando que a imprensa anarquista havia perdido seus leitores porque todos eles haviam aderido à CGT.

Cesar M. Lorenzo fornece-nos algumas indicações que esclarecem o caso da Espanha: ele escreve que no final de 1918

“uma conferência nacional de grupos anarquistas, realizada em Barcelona, decide pela adesão imediata aos sindicatos de todos os

³⁹ *Black Flame*, pág. 142.

⁴⁰ CM Lorenzo, *Le mouvement anarchiste en Espagne (O Movimento Anarquista na Espanha)*, Les Éditions libertaires, p. 67.

libertários ainda não sindicalizados para que ocupem cargos de responsabilidade.”⁴¹

Então as coisas se moveram muito rapidamente: em 1919, a CNT adotou o comunismo libertário como objetivo em seu congresso, e o sindicalismo revolucionário sendo o meio. No entanto, é importante examinar cuidadosamente a formulação de C.M. Lorenzo: ele fala de adesão a sindicatos de “libertários que ainda não eram membros de sindicatos”, o que sugere que a maioria, ou pelo menos uma grande proporção, dos libertários já estava no movimento sindical.

Assim, antes que os anarquistas espanhóis decidissem reagir, os grupos “estavam vegetando em pequenos números, sem audiência, sem influência sobre as massas” – esta observação da situação espanhola também era válida para a França. Se adotarmos os critérios de referência de Michael Schmidt e Lucien van der Walt, a pergunta que podemos nos fazer é: qual foi a “estratégia” do movimento anarquista até então?

Se acreditarmos em Lorenzo, a ordem emitida em 1918 que “todos os libertários ainda não sindicalizados” (*Enfatizo*) a entrada nos sindicatos é seguida um ano depois pela adoção do comunismo libertário pela CNT. Na minha opinião, não havia muitos ativistas anarquistas não sindicalizados quando esta ordem foi emitida. Para retornar à problemática de Michael Schmidt e Lucien van der Walt, o fato de ter sido a organização sindical que deu origem à criação de grupos anarquistas argumenta a favor da ideia segundo a qual foi o *anarquismo* (na Espanha, pelo menos) a estratégia do sindicalismo.

É significativo que, na mesma época, um sindicalista revolucionário convocou os anarquistas a se unirem aos sindicatos: em 1906, Amédée Dunois apelou, sem sucesso, por uma forma de divisão de trabalho entre sindicatos e grupos anarquistas.

Base teórica do conflito entre coletivistas e anarquistas

De acordo com *Black Flame*, “a maioria dos anarco-sindicalistas definiu explicitamente seu objetivo como uma sociedade anarquista e comunista, o que levanta a questão da utilidade da distinção”.⁴²

O raciocínio é curioso. Ele parte do princípio de que, se uma corrente do movimento libertário baseada em determinados princípios organizacionais adota o comunismo libertário como seu objetivo (“uma sociedade anarquista e comunista”), não há necessidade de distinguir os dois. O problema é que os princípios organizacionais são uma coisa, o objetivo é outra: outras correntes do movimento anarquista podem alegar ter o mesmo objetivo sem ter os mesmos

⁴¹ *Idem.*, pág. 59.

⁴² “a maioria dos anarco-sindicalistas definiu explicitamente seu objetivo como uma sociedade anarquista e comunista, levantando novas questões sobre a utilidade da distinção”, pág. 127.

princípios organizacionais. Se não quisermos confundi-los, é ainda melhor manter as distinções habituais de classificação, que evitam confusões. De fato, a fusão do anarcossindicalismo e do anarquismo tentada por Schmidt e van der Walt se encaixa na tentativa de dar a este último uma base social mais ampla.

O fato de o movimento anarco-sindicalista (que, lembremos, só surgiu na Europa na década de 1920) ter adotado o comunismo libertário como objetivo e o sindicalismo revolucionário como meio é correto. Mas não faz sentido negar que houve oposições violentas que de fato se manifestaram – na Rússia, França e Espanha, para mencionar apenas esses casos – entre o ramo “anarquista” e o ramo “sindicalista” do movimento. Não podemos ignorar essas evidências históricas e nos limitar a uma construção ideológica que não reflete a realidade. *Black Flame* ignora completamente a abordagem histórica da questão. O livro parece ignorar a história da formação do anarquismo e do sindicalismo revolucionário, e depois do anarcossindicalismo, que é uma história complexa. Tem-se a impressão de que anarquismo e anarco-sindicalismo são meros conceitos, não fenômenos históricos.

Durante muito tempo, o anarquismo se opôs à necessidade de lutar com os trabalhadores para melhorar suas condições de vida. Era “reformismo”. Este é um fato que Michael Schmidt e Lucien van der Walt podem querer esconder, mas é a verdade. Na França, os anarquistas antissindicais não eram hegemônicos no movimento libertário, então sua capacidade de causar danos era relativamente reduzida. Na Espanha, essa corrente foi forte o suficiente para *destruir* a organização sindical. Foi somente por volta de 1900 na França, e alguns anos depois na Espanha – em 1907 – que uma parte dos anarquistas se juntou ao movimento sindical, tendo percebido que era a única maneira de se conectar com a classe trabalhadora.

Há outra diferença entre anarquismo e sindicalismo. Está no fato de que, para o ramo “sindicalista” do movimento, a organização da luta diária de hoje serve de modelo para a reorganização da sociedade de amanhã. Encontramos essa ideia em Bakunin e na maioria dos militantes da AIT – mas *não* nos anarco-comunistas do início do século XX, pela simples razão de que a luta diária e exigente era negada. Somente os atos que levaram *diretamente* à revolução foram contabilizados.

Há uma terceira diferença – e uma grande diferença: a oposição entre “coletivistas” e “comunistas” – na verdade, entre sindicalistas e anarquistas.

A perspectiva dos coletivistas era certamente baseada em uma “ética de trabalho” que não existia entre os “anarco-comunistas”. Na visão coletivista, o trabalho não é obrigatório: ele é “moral e socialmente, mas *não legalmente* obrigatório para todos”, diz Bakunin em seu *Catecismo*. A ideia é que cada membro de uma comunidade participe por livre e espontânea vontade do funcionamento da comunidade: o indivíduo que opta por não trabalhar assume as consequências, não se beneficia de nenhuma das vantagens da comunidade e perde seus direitos políticos.

Em seu *Catecismo Revolucionário* (1864), Bakunin afirmou o status superior do trabalho como “o único título legítimo de posse de cada pessoa, a única base

dos direitos políticos e sociais de cada pessoa, honrado, respeitado como a principal fonte da dignidade e da liberdade humanas”. O trabalho, também é dito, é “o único produtor de riqueza; qualquer homem na sociedade que vive sem trabalho é um explorador do trabalho dos outros, um ladrão”. É claro que os coletivistas da AIT estavam preocupados em vincular o gozo dos bens produzidos em comum ao trabalho comum, ou seja, excluir todos aqueles – exploradores ou antissociais – que deliberadamente não trabalhavam.

Bakunin e seus amigos, os coletivistas – que constituíam uma espécie de sindicalismo revolucionário embrionário – enfatizavam a propriedade coletiva dos meios de produção e sua doutrina se baseava no princípio “a cada um segundo seu trabalho”. Era apenas uma fórmula geral baseada na ideia de que o capitalista se apropriava de uma parte do valor produzido pelo trabalhador; o trabalhador tinha que se ver para alocar a parcela justa do valor que produziu. Mas era menos uma questão individual do que coletiva, ou seja, a restituição desse valor à sociedade como um todo. Os anarco-comunistas verão nesta fórmula um obstáculo onde há apenas uma divergência de abordagem.

A partir de 1876, sob a influência de Kropotkin e por iniciativa de grupos italianos, a Federação do Jura desenvolveu a ideia de propriedade coletiva dos *produtos do trabalho* como um complemento necessário ao programa coletivista. Parece que a primeira referência ao “comunismo”, em oposição ao coletivismo bakuniniano, foi feita por Costa, Malatesta, Cafiero e Covelli no congresso de Florença da seção italiana da AIT, em 1876. Kropotkin retomou a ideia e propôs no congresso da Federação Jura de La Chaux-de-Fonds, no dia 12 Outubro de 1879, para adotar o comunismo como meta e o coletivismo como forma de transição. O mutualismo proudhoniano e o coletivismo bakuniniano são questionados e serão rapidamente substituídos pelo comunismo, que será combinado com o anarquismo para dar o “anarquismo-comunismo”. Embora Kropotkin tenha sido de fato o inventor do termo “anarcocomunismo” em 1880, ele estava apenas dando um nome a um movimento que já existia e do qual ele era, sem dúvida, o melhor propagandista. O slogan proposto pelos “anarcocomunistas”: “a cada um segundo suas necessidades” apenas esclarece o que era evidente⁴³ e não deveria constituir um desvio fundamental do coletivismo. Kropotkin tentará destacar as divergências entre as duas sensibilidades do movimento insistindo na questão da *remuneração* do trabalho.

O princípio “a cada um segundo suas obras” foi originalmente concebido para excluir dos benefícios da sociedade aqueles que não trabalham, ou seja, os parasitas sociais: rentistas, soldados, policiais, etc. Mas os anarquistas agirão como se essa fórmula visasse excluir *todos aqueles que não trabalhavam*, ou seja,

⁴³ “Os idosos, os deficientes, os doentes, cercados de cuidado, respeito e desfrutando de todos os seus direitos, tanto políticos quanto sociais, serão tratados e mantidos luxuosamente às custas da sociedade”, escreveu Bakunin. “Princípios e organização da sociedade internacional revolucionária. I. Objeto. II. Catecismo Revolucionário”, março de 1866.

os proletários que não estavam na produção – **crianças**, esposas, **idosos**, **doentes** – o que obviamente não era a intenção dos coletivistas. Mas “a cada um segundo suas obras” será interpretado pelos anarquistas comunistas como um bônus dado àqueles que trabalham mais e assim se tornam privilegiados:

“Não podemos admitir, com os coletivistas, que uma remuneração proporcional às horas de trabalho prestadas por cada pessoa na produção de riqueza possa ser um ideal, ou mesmo um passo adiante em direção a esse ideal.”⁴⁴

Esta era uma visão extremamente redutora das posições dos coletivistas, beirando a má-fé, ou que denotava uma total ignorância da realidade do mundo do trabalho numa época em que as pessoas trabalhavam 14 horas por dia, sete dias por semana, por uma ninharia... Isso deixava pouco espaço para as possibilidades de “enriquecimento” dos trabalhadores fanáticos pelo trabalho e ávidos por “trabalhar mais para ganhar mais”, para usar a frase de um presidente francês.

Quando Kropotkin escreveu *A Conquista do Pão* em 1892, o ambiente cultural do movimento havia mudado consideravelmente. Não estamos mais na perspectiva de militantes operários lutando em uma organização de massas contra o capital, mas de militantes “anarquistas” cujas demandas são tanto mais maximalistas quanto desorganizadas, dispersas e impotentes. “A cada um segundo as suas necessidades” é um princípio cuja correção não é contestável, mas designa um fim, emitido por ativistas que não têm, e não propõem, os meios para alcançá-lo. Além disso, também pode corresponder à mentalidade de pessoas que não são trabalhadores. O slogan “a cada um segundo as suas necessidades”, somado à ideia mal compreendida de “tirar do monte”, produzirá efeitos catastróficos num movimento cujo nível teórico decaiu consideravelmente.

Quando lançaram o slogan “a cada um segundo suas obras”, os coletivistas obviamente não pretendiam excluir os não trabalhadores – **crianças**, **idosos**, **doentes**, donas de casa, etc. – os benefícios do trabalho coletivo. Recordemos o que Bakunin já disse no seu Catecismo Revolucionário:

“aqueles que, por um acidente difícil de imaginar numa organização justa da economia social, não encontrarem trabalho, viverão às custas da comunidade até encontrá-lo, sem perder nenhum dos seus direitos. – As **crianças** até à maioridade, os **idosos** privados de sustento e de meios de subsistência, os **deficientes**, os **doentes** serão mantidos pelos municípios.”

O coletivismo é curiosamente chamado por Kropotkin de “individualismo mitigado”. Os anarco-comunistas criticaram o coletivismo por ter que medir o

⁴⁴ Kropotkin *A Conquista do Pão*.

valor do trabalho realizado, o que, segundo eles, implicaria uma organização centralizada responsável por definir esse valor. A ideia desenvolvida pelos anarco-comunistas é que a produção geral na sociedade é um fato coletivo e que não é possível mensurar o que vai para cada pessoa da riqueza total produzida. Mas isto é menos uma observação matemática do que uma exigência ética: “...o ideal coletivista parece-nos irrealizável numa sociedade que consideraria os instrumentos de produção como uma herança comum”, porque “a posse comum dos instrumentos de trabalho conduzirá necessariamente ao gozo comum dos frutos do trabalho comum”,⁴⁵ diz Kropotkin em *A Conquista do Pão*. Kropotkin se entrega a uma visão um tanto fusional do comunismo em sua fórmula de “gozo comum dos frutos do trabalho comum”. Que o “trabalho” é comum não há dúvidas em nenhuma sociedade industrial desenvolvida, mas o que significa “prazer comum”?

O problema é que não é realmente concebível mensurar o que cada pessoa recebe *individualmente* da riqueza total produzida. Tal interpretação distorce naturalmente o debate, e podemos mensurar a regressão teórica sofrida pelo movimento libertário desde Proudhon.

O slogan “a cada um segundo as suas necessidades” continua perfeitamente teórico. Em 1880, estávamos longe de uma sociedade de abundância como Kropotkin aspirava, mesmo que a evolução previsível da sociedade industrial pudesse começar a nos permitir prever essa eventualidade. É um slogan de princípio, como o da abolição do trabalho assalariado. “a cada um segundo as suas necessidades” continua sendo uma petição de princípio que não é suficiente para definir uma linha de ação, nem uma estratégia para hoje, e seria ilusório imaginar que ela possa ser implementada num futuro próximo. Na abordagem kropotkiniana, o consumo livre para todos faz parte de um contexto de descentralização extrema que apresenta mais problemas do que qualquer outra coisa. Cada um consumirá de acordo com suas necessidades dentro da produção de cada município autônomo, o que significa que haverá restrições em muitos bens de consumo. Para que haja perfeita igualdade nas possibilidades de consumo de cada um, será necessário definir equalizações de acordo com as comunas “ricas” (que poderão produzir muitas coisas) e as comunas “pobres” (aquelas que não produzirão muito): isso exigirá inevitavelmente uma certa forma de coordenação da atividade global da sociedade, criando essa “autoridade” que Kropotkin tanto teme...

Além disso, a questão do consumo de acordo com as necessidades individuais não surge apenas em termos de consumo individual. As necessidades pessoais de cada pessoa são pequenas comparadas às necessidades sociais: escolas, hospitais, energia, transporte, infraestrutura rodoviária, etc. É difícil imaginar que tais infraestruturas possam ser implementadas sem um mínimo de centralização. É inconcebível que a definição das necessidades sociais não se faça sem uma certa

⁴⁵ *Idem.*

centralização...

Kropotkin atribui aos coletivistas um ponto de vista que não é o deles, que seria devolver a cada trabalhador, no sentido literal, ou seja, a cada trabalhador individual, o “produto do seu trabalho”. A partir daí, ele não tem dificuldade em contestar esse princípio, insistindo na observação de que hoje a produção é global e extremamente interligada e que, conseqüentemente, é impossível definir o papel que cada pessoa desempenha nela:

“...hoje, neste estado da indústria onde tudo está interligado e conectado, onde cada ramo de produção usa todos os outros, a pretensão de dar uma *origem individualista* aos produtos é absolutamente insustentável. Se a indústria têxtil ou a metalurgia atingiram uma perfeição surpreendente nos países civilizados, elas devem isso ao desenvolvimento simultâneo de mil outras indústrias, grandes e pequenas; eles devem isso à extensão da rede ferroviária, à navegação transatlântica, à habilidade de milhões de trabalhadores, a um certo grau de cultura geral de toda a classe trabalhadora, ao trabalho, enfim, realizado de uma ponta a outra do mundo ⁴⁶.”

Não pretendo esgotar a questão aqui: eu simplesmente queria mostrar que as divergências entre coletivistas/sindicalistas e comunistas/anarquistas eram profundas e que não poderiam ser reduzidas, como Michael Schmidt e Lucien van der Walt fazem, dizendo que eram basicamente a mesma coisa.

Se a distância entre as duas correntes pôde diminuir ao longo do tempo, não foi porque a corrente sindicalista tenha “adotado” como finalidade o comunismo libertário, objetivo que sempre teve: foi porque a corrente especificamente anarquista, depois de ter se oposto à menor estratégia sindicalista, finalmente percebeu que essa era a única maneira de não se isolar da classe trabalhadora.

Nem é preciso dizer que Michael Schmidt e Lucien van der Walt têm o cuidado de não explicar por que O comunismo anarquista se opôs ao anarcossindicalismo – na Rússia, Espanha, França e muitos outros lugares. Eles não podem responder a essa pergunta porque negam os fatos. Michael Schmidt e Lucien van der Walt podem muito bem acumular os nomes de ativistas anarco-comunistas que “defendiam” o sindicalismo, mas isso não será suficiente para estabelecer uma identidade entre as duas correntes. Ativistas sindicalistas revolucionários ou anarco-sindicalistas da CGT, ou da CNT, etc., não *defendiam* o sindicalismo, *eram* sindicalistas. Não é obscurecendo as diferenças, ou mesmo as divergências, entre essas duas correntes que seremos capazes de apresentar uma imagem inteligível do movimento operário libertário. Essas diferenças e divergências têm suas razões de existir. A questão é se queremos superá-los ou não.

⁴⁶ *A Conquista do Pão.*

Em qualquer caso, a ocultação não é o método correto.

Table des matières

Associação Internacional dos Trabalhadores.....	1
Um movimento de massas, para Bakunin.....	1
O fim da Internacional.....	8
Aproximação dos sindicalistas revolucionários e da esquerda socialista.....	12
Exceção espanhola?.....	16
Base teórica do conflito entre coletivistas e anarquistas	23